

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
No exercício de 2019, a Companhia alcançou lucro líquido de R\$100,9 milhões, o que representa retorno de 26,5% sobre o Patrimônio Líquido do exercício anterior. O faturamento atingiu R\$5,4 bilhões, as reservas técnicas ficaram em R\$8,3 bilhões, e o valor dos ativos totais chegou a R\$10,1 bilhões.

A Companhia alcançou, no exercício de 2019, crescimento nas vendas de 16,7% em comparação ao ano anterior. O portfólio de produtos Ourocap, comercializado pelo Banco do Brasil, manteve posição de destaque, com a maior contribuição no volume de vendas, representando 89,9% do total das arrecadações, registrando crescimento de 18,7% no exercício. Além disso, a Empresa continuou firme em sua jornada de diversificação de negócios: o Parcela Premiável, produto desenvolvido em parceria com a BV Financeira e que apoia a entidade beneficente AACD, teve suas vendas incrementadas em 17,4% em relação ao exercício anterior; o Cap Fiator, solução oferecida para garantia de aluguel, atualmente é distribuído por cerca de 100 parceiros em todo o País, registrou crescimento de 16,9% nas vendas do período.

A implementação do novo Marco Regulatório requereu a mudança integral do portfólio de produtos da Empresa. Desde o mês de abril, a Brasilcap passou a comercializar todos os seus títulos de capitalização em conformidade com o novo normativo estabelecido pelas Circulares SUSEP nº 569, 576 e 582. Esta nova regulamentação introduziu as modalidades de títulos de capitalização Filantropia Premiável e Instrumento de Garantia, as quais se juntaram às já existentes Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada.

O bom desempenho da Companhia também se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os planos de vida de clientes em todo o Brasil. No exercício de 2019, foi entregue o montante de R\$ 105,9 milhões para mais de 13,8 mil títulos de capitalização contemplados.

O ciclo de redução da taxa de juros SELIC e dos níveis de inflação para patamares próximos à meta influenciou o comportamento do mercado que, embora desafiador, criou oportunidades que foram capturadas pela Brasilcap. Seus impactos positivos no desempenho durante o exercício permitiram alcançar resultado financeiro da ordem de R\$192,8 milhões.

A Companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as boas práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria III – Títulos Mantidos até o Vencimento (no montante de R\$ 5,7 bilhões), de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15.

Com base em sua estratégia de sustentabilidade, a Companhia investiu, no exercício 2019, em projetos na área de saúde, educação e meio ambiente. Destaca-se a promoção do Programa de Educação Financeira da Brasilcap (Educap), reforçando a missão e visão da Companhia e disseminando os benefícios da capitalização como instrumento de educação financeira. Todas as ações seguem rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Companhia em documentos normativos – referenciadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), nos indicadores do Instituto Ethos e da Global Reporting Initiative (GRI) e nas práticas recomendadas pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg). Além disso, a Brasilcap é a única Empresa de Capitalização a aderir aos Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI) - uma relação de recomendações elaboradas pela Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas (Unep-FI) e endereçadas ao mercado de seguros para o tratamento de riscos e oportunidades na gestão da sustentabilidade corporativa.

A Brasilcap conquistou, pelo nono ano consecutivo, o Certificado de Empresa Cidadã, reconhecimento do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) que incentiva a excelência na qualidade das informações contábeis e socioambientais, publicadas nos relatórios anuais de empresas de todos os portes e segmentos do País.

O Estatuto Social da Brasilcap estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais. A política de gestão de capital da Companhia estabelece diretrizes para a manutenção do Patrimônio Líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos líquidos livres, conforme estabelecido pelo órgão regulador, através da Resolução CNSP nº 321/15.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, aos parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		5.237.584	4.743.778	Circulante		8.423.711	9.123.088
Disponível		14	55	Contas a Pagar	13	71.181	75.427
Caixa e Bancos		14	55	Obrigações a Pagar		22.539	12.248
Aplicações	5	5.196.596	4.726.105	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		3.045	2.560
Créditos das Operações de Capitalização	8	32.445	9.728	Encargos Trabalhistas		3.650	3.652
Créditos das Operações de Capitalização		32.445	9.728	Impostos e Contribuições		5.261	22.253
Outros Créditos Operacionais		2.250	3.306	Outras Contas a Pagar		36.686	34.714
Títulos e Créditos a Receber	9	5.111	3.193	Débitos de Operações com Capitalização	12	10.523	4.342
Créditos Tributários e Previdenciários	10	2.127	36	Débitos Operacionais		10.523	4.342
Outros Créditos		2.984	3.157	Provisões Técnicas - Capitalização	14	8.342.007	9.043.319
Despesas Antecipadas		1.168	1.391	Provisão para Resgates		8.188.623	8.856.097
Não Circulante		4.813.453	5.843.134	Provisão para Sorteios		99.535	127.007
Realizável a Longo Prazo		4.809.823	5.838.549	Provisão Complementar de Sorteio		13	10
Aplicações	5	3.543.968	4.613.619	Provisão para Distribuição de Bônus		53.836	60.205
Títulos e Créditos a Receber	9	1.265.855	1.224.930	Não Circulante		1.145.502	1.082.703
Créditos Tributários e Previdenciários	10	129.813	168.095	Exigível a Longo Prazo		1.145.502	1.082.703
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	1.136.042	1.056.835	Contas a Pagar	13	276	268
Investimentos		1.141	1.162	Outras Contas a Pagar		276	268
Imóveis Destinados a Renda		98	119	Outros Débitos	11	1.145.226	1.082.435
Outros Investimentos		1.043	1.043	Provisões Judiciais		1.145.226	1.082.435
Imobilizado		1.942	2.318	Patrimônio Líquido	15	481.824	381.121
Imóveis de Uso Próprio		142	161	Capital Social		231.264	231.264
Bens Móveis		1.558	1.857	Reservas de Lucros		198.613	149.857
Outras Imobilizações		242	300	Ajuste de Avaliação Patrimonial		51.947	-
Intangível		547	1.105	Total do Passivo		10.051.037	10.586.912
Outros Intangíveis		547	1.105				
Total do Ativo		10.051.037	10.586.912				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido por ações em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	16	687.607	590.024
Arrecadação com Título de Capitalização		5.381.088	4.609.884
Variação da Provisão para Resgate		(4.693.481)	(4.019.860)
Variação das Provisões Técnicas	16	(21.091)	(18.288)
Resultado com outras Provisões Técnicas		(21.091)	(18.288)
Resultado com Sorteio	16	(74.993)	(65.143)
Custo de Aquisição	16	(508.006)	(378.906)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16	9.844	3.317
Outras Receitas Operacionais		12.090	5.872
Outras Despesas Operacionais		(2.246)	(2.555)
Despesas Administrativas	16	(85.159)	(80.684)
Pessoal Próprio		(49.512)	(47.546)
Serviços de Terceiros		(21.964)	(18.047)
Localização e Funcionamento		(7.820)	(8.773)
Publicidade e Propaganda		(3.421)	(3.688)
Publicações		(306)	(205)
Donativos e Contribuições		(1.661)	(2.155)
Despesas Administrativas diversas		(475)	(270)
Despesas com Tributos	16	(31.525)	(27.268)
Resultado Financeiro	16	192.787	163.386
Receitas Financeiras		933.149	911.267
Despesas Financeiras		(740.362)	(747.881)
Resultado Patrimonial	16	(22)	(22)
Despesas com Imóveis Destinados a Renda		(22)	(22)
Resultado Operacional		169.442	186.416
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	16	37	(66)
Resultado antes dos Impostos e Participações		169.479	186.350
Imposto de Renda	10	(38.399)	(43.207)
Contribuição Social	10	(24.832)	(38.897)
Participação sobre o Lucro		(5.341)	(5.632)
Lucro Líquido antes da reversão dos Juros sobre Capital Próprio		100.907	98.614
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		-	20.940
Lucro Líquido do Exercício		100.907	119.554
Quantidade de ações		324.000.000	324.000.000
Lucro Líquido por ação		0,3114	0,3690

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	100.907	119.554
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado:		
Resultado não realizados com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	86.578	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(34.631)	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	152.854	119.554

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		231.264	46.253	77.900	-	-	355.417
Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2017 (R\$ 0,14)	15.3	-	-	(45.477)	-	-	(45.477)
Lucro Líquido do Exercício	15.5	-	-	-	-	119.554	119.554
Dividendos Antecipados referentes ao 1º semestre de 2018 (R\$ 0,08)	15.3	-	-	-	(27.433)	(27.433)	(27.433)
Juros sobre Capital Próprio (R\$ 0,06)	15.4	-	-	-	(20.940)	(20.940)	(20.940)
Constituição da Reserva de Lucro	15.5	-	-	71.181	-	(71.181)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		231.264	46.253	103.604	-	-	381.121
Dividendos Adicionais referente ao exercício de 2018 (R\$ 0,04)	15.3	-	-	(11.404)	-	-	(11.404)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	51.947	-	51.947
Lucro Líquido do Exercício	15.5	-	-	-	-	100.907	100.907
Dividendos Antecipados referentes ao 1º semestre de 2019 (R\$ 0,13)	15.3	-	-	-	(40.747)	(40.747)	(40.747)
Constituição da Reserva de Lucro	15.5	-	-	60.160	-	(60.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		231.264	46.253	152.360	51.947	-	481.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício		100.907	119.554
Ajustes para:		468.405	531.910
Depreciações e Amortizações		1.090	1.731
Ganho/(Perda) na alienação de Imobilizado e Intangível		(37)	66
Variação monetária de longo prazo		(11.665)	99
Variação das Provisões Técnicas		479.017	530.014
Variação das Contas Patrimoniais:		(447.680)	(419.839)
Aplicações - Títulos a Valor Justo por Meio do Resultado		2.041.873	2.128.046
Aplicações - Títulos Mantidos até o Vencimento		575.051	(1.122.560)
Aplicações - Títulos Disponíveis para a Venda		(2.017.764)	-
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários		86.578	-
Créditos das Operações de Capitalização		(22.717)	1.753
Créditos Fiscais e Previdenciários		(2.091)	42
Ativo Fiscal Diferido		3.650	(1.445)
Depósitos Judiciais e Fiscais		(66.209)	(115.286)
Despesas Antecipadas		223	294
Outros Ativos		1.230	3.866
Contas a Pagar		11.107	(18.133)
Impostos e Contribuições		52.100	59.834
Outras Contas a Pagar		1.971	(4.430)
Débitos de Operações com Capitalização		6.181	190
Provisões Técnicas - Capitalização		(1.180.329)	(1.438.895)
Provisões Judiciais		61.458	86.617
Outras Passivos		8	268
Caixa Gerado pelas Operações		121.632	231.625
Impostos e Contribuições		(68.609)	(137.649)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		53.023	93.976
Atividades de Investimentos			
(+) Recebimento pela Venda:		294	63
Imobilizado		294	63
(-) Pagamento pela Compra:		(391)	(169)
Imobilizado		(385)	(138)
Intangível		(6)	(31)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento		(97)	(106)
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos		(52.967)	(72.910)
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio	15.4	-	(20.940)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		(52.967)	(93.850)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(41)	20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		55	35
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		14	55

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

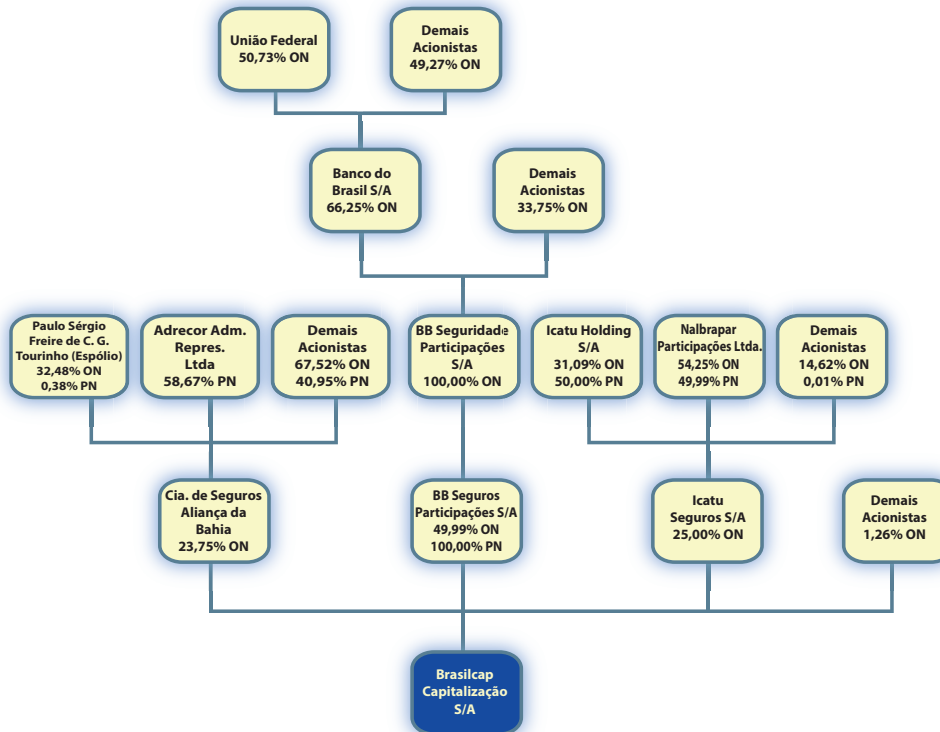
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
1 - Receitas	5.389.342	4.615.582
Receitas com Operações de Título de Capitalização	5.413.403	4.632.236
Devoluções e Cancelamentos	(32.315)	(22.352)
Prescrição exigibilidade	8.254	5.698
2 - Variações das Provisões Técnicas	(474.322)	(526.773)
Juros e variação monetária das Provisões Técnicas	(474.322)	(526.773)
3 - Receita Líquida Operacional (1-2)	4.915.020	4.088.809
4 - Sorteios e Resgates	(4.789.565)	(4.103.291)
Despesas com Sorteios e Resgates	(4.768.474)	(4.085.003)
Provisões de Bônus e Complementar de Sorteios	(21.091)	(18.288)
5 - Insumos adquiridos de terceiros	(804.779)	(611.095)
Materiais, energia e outros	(10.746)	(16.561)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(794.033)	(594.534)
6 - Valor adicionado bruto (3-4-5)	(679.324)	(625.577)
7 - Depreciação, amortização e exaustão	(1.090)	(1.731)
8 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)	(680.414)	(627.308)
9 - Valor adicionado recebido/cedido em transferência	933.149	911.267
Receitas Financeiras	933.149	911.267
10 - Valor adicionado total a distribuir (8-9)	252.735	283.959
11 - Distribuição do Valor Adicionado	252.735	283.9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia" ou "Brasilcap", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada na Rua Senador Dantas, 105 - 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a instituir e comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as Unidades da Federação, sendo o principal canal de venda e distribuição a rede de agências do Banco do Brasil, o qual é acionista controlador da BB Seguros Participações S.A.. A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, a Icatu Seguros S.A. com 25,00%, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75%. Os demais acionistas detêm 1,26% das ações. A Composição Acionária completa, incluindo as Ações Preferenciais - PN, está demonstrada abaixo e na nota explicativa 15.1.



2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP 517, emitida em 30 de julho de 2015, e alterações posteriores.

A Circular SUSEP nº 569, de 02 de maio de 2018, que dispõe sobre a comercialização dos Títulos de Capitalização e suas complementares Circular SUSEP nº 576, de 28 de agosto de 2018 e Circular SUSEP nº 582, de 19 de dezembro de 2018, estabeleceram novo Marco Regulatório para o segmento de Capitalização. Com início de vigência a partir de 31 de agosto de 2018 e um período de transição de até 28 de abril de 2019, as principais mudanças introduzidas foram:

- a) A criação de mais duas modalidades, Instrumento de Garantia e Filantropia Premiável;
- b) Alteração nos prazos de vigência que antes, independentemente da modalidade, eram iguais ou superiores a 12 (doze) meses, para:
 - I. Modalidades Filantropia Premiável e Incentivo: prazo de vigência igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
 - II. Modalidades Instrumento de Garantia e Compra Programada: igual ou superior a 6 (seis) meses;
- c) Aumento da taxa de juros mínima para remuneração do título para 0,16% a.m. para as modalidades Popular, Incentivo e Filantropia Premiável;
- d) A flexibilização das cotas de sorteios, capitalização e carregamento para as modalidades de Filantropia Premiável e Incentivo;
- e) Garantia de devolução mínima de 50% do total pago em resgate antecipado de pagamentos mensais ou periódicos; e
- f) Carência mínima de 30 dias para a modalidade Tradicional.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Os Instrumentos Financeiros disponíveis para a venda; e
- Os Instrumentos Financeiros derivativos mensurados a valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 04 de fevereiro de 2020.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e Passivos, as Receitas e Despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos Passivos relacionados às Provisões Técnicas "Provisão para Sorteio a Realizar (PSR), Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) e Provisão para Despesas Administrativas (PDA)", ao valor justo dos Instrumentos Financeiros, ao valor do desdobramento provável refletido na Provisão para Ações Judiciais e da apuração dos demais saldos sujeitos a esta avaliação e dos Impostos Diferidos.

Revisões periódicas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no Resultado do Período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Nota explicativa 3.9.3 - Provisão para Sorteio a Realizar (PSR);
- Nota explicativa 3.9.6 - Provisão para Distribuição de Bônus (PDB);
- Notas explicativas 3.10 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes;
- Nota explicativa 5.3 - Avaliação do valor justo de determinados Instrumentos Financeiros; e
- Nota explicativa 10 - Reconhecimento e avaliação de Créditos Tributários Diferidos.

2.6. Gestão do Capital

Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de Capital Baseado em Risco, conforme normas vigentes da SUSEP, tendo como objetivo manter o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR - Capital Mínimo Requerido. Nas últimas datas-bases, considerando as normas vigentes em cada período, a Solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

Exigência de Capital Mínimo Requerido	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido (nota explicativa 15).....	481.824	381.121
Despesas Antecipadas	(1.168)	(1.391)
Créditos Tributários Diferença Temporária	(63.006)	(66.291)
Ativo Intangível	(547)	(1.105)
Obras de Arte	(3)	(3)
Ajuste Econômico - 2.1 Líquido de Impostos	181.780	100.114
Ajuste Econômico - Superávit das Provisões Realistas	-	29.754
1. Patrimônio Líquido Ajustado	598.880	442.199
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito	52.479	52.728
Capital Adicional de Subscrição	38.101	34.580
Capital de Risco de Mercado	243.977	178.599
Capital Adicional Operacional	28.273	23.464
Benefício da Correlação entre Riscos	(57.466)	(52.615)
2. Capital de Risco	305.364	236.756
Solvência = Razão entre PLA e CMR - %	196,12%	186,77%
Excesso de Capital - R\$ mil	293.516	205.443

Os normativos vigentes definem que o volume de Ativos Livres Líquidos, calculados a valor de mercado, devem ser de no mínimo 20% do Capital de Risco para fins de liquidez, necessários para garantir a Solvência. O quadro abaixo espelha os montantes e os percentuais de Solvência observados nos últimos períodos:

Exigência de Ativos Livres Líquidos	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Livres (nota explicativa 7)	687.126	478.024
CR para fins de liquidez	312.294	249.104
Volume mínimo de Ativos Livres Líquidos (20% do CR)	62.459	49.821
Excesso de Liquidez	624.667	428.203

O Capital de Riscos (CR) para fins de Excesso de Liquidez é equivalente ao capital de riscos obtido ao se desconsiderar, no cálculo do Capital para Risco de Mercado, os fluxos de operações não registradas, conforme definido na Resolução CNSP nº 360/2017.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos e anos apresentados nas Demonstrações Financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Balanço Patrimonial

Conforme a Circular SUSEP nº 517/2015, o Balanço Patrimonial está classificado em Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante.

No Ativo Circulante são classificados os créditos que possuem prazo de realização de até 12 (doze) meses após a data do Balanço.

No Ativo Não Circulante estão classificados aqueles que possuem prazo de realização superior a 12 (doze) meses contados da data do Balanço, e aqueles para os quais o prazo de realização é indeterminado, como é o caso dos Depósitos Judiciais.

No Passivo Circulante estão apresentadas as exigibilidades que tem prazo de realização, contratual ou estimado, de até 12 (doze) meses seguintes à data do Balanço. As principais exigibilidades que compõem o Passivo Circulante são as Provisões Técnicas, para as quais, independentemente do prazo de vencimento contratual dos Títulos de Capitalização, há o direito de resgate, pelos titulares, dos montantes registrados antes da data de vencimento e após o período de carência de cada título sendo que, estes últimos não ultrapassam 12 (doze) meses para nenhum dos produtos comercializados pela Companhia.

No Passivo Não Circulante são registradas as exigibilidades que possuem prazo de liquidação contratual ou estimado após os 12 (doze) meses seguintes à data do Balanço, bem como prazos de vencimento indeterminados, como ocorre, por exemplo, no caso das Provisões Fiscais, Ações Judiciais Cíveis e Trabalhistas.

3.2. Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos. Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

Caixa e Bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento que tenham objetivo de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia. São incluídos como um componente das disponibilidades para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

São Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem frequente e ativamente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no Ativo Circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses ativos são reconhecidos no resultado do período.

Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São Ativos Financeiros para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo custo amortizado, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta do Patrimônio Líquido.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os Passivos Financeiros que não são classificados como a Valor Justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo Custo Amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

Empréstimos e Recebíveis

São Ativos Financeiros representados pelos Títulos de Capitalização a receber e demais Contas a Receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses Ativos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por Reduções ao Valor Recuperável.

3.3. Créditos Tributários Diferidos

Os Créditos Tributários Diferidos de Imposto de Renda foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações Financeiras. No caso da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, os Créditos Tributários foram constituídos com a alíquota vigente de 20% para os ajustes temporais com previsão de realização até 31 de dezembro de 2018 e à alíquota de 15% para aqueles com previsão de realização a partir de 01 de janeiro de 2019.

3.4. Investimentos

Os Investimentos são demonstrados ao custo de aquisição, quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização e depreciação acumulada para os Imóveis destinados a Renda. A taxa de depreciação para os Imóveis Urbanos não destinados ao uso próprio é de 4% ao ano, sendo depreciado em 25 (vinte e cinco) anos.

3.5. Imobilizado

Os itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) acumuladas, se houver. A Administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC 01(R1), aprovado pela Circular SUSEP nº 517/2015, entende que não há evidências de perda do valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens, conforme segue:

- 4% a.a. e 25 (vinte e cinco) anos de prazo de vida útil – Edificações;
- 10% a.a. e 10 (dez) anos de prazo de vida útil – Benfeitoria em Imóveis de Terceiros, Instalações e Móveis, Máquinas e Utensílios; e
- 20% a.a. e 5 (cinco) anos de prazo de vida útil – Equipamentos de Informática e Veículos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do Intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados. A taxa de amortização é de 20%, sendo amortizados por um prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início de sua utilização.

3.7. Redução ao Valor Recuperável (Impairment) de Ativos Financeiros

Um Ativo Financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e se aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

As provisões para Imposto de Renda e para Contribuição Social foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda para o exercício de 2018, sendo alíquota de 15% para o exercício de 2019.

3.9. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas da Brasilcap são estabelecidas considerando o disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do Título de Capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

As Taxas de Carregamento e Índices de Comercialização dos principais produtos comercializados pela Companhia são feitas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP e possuem os seguintes percentuais:

Produtos	Taxas Médias de Carregamento		Índices Médios de Comercialização	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	7,85%	7,18%	6,38%	5,12%
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	13,60%	13,65%	9,80%	9,06%
Total			8,54%	7,32%

3.9.2. Provisão para Resgates (PR)

As Provisões para Resgate de Títulos Vencidos e Antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente pela TR no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da Provisão Matemática para Capitalização na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de Títulos Vencidos, a data de final de vigência e, para Títulos Antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para Sorteio a Realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da Provisão para Sorteio a Realizar são calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da Provisão de Sorteio a Realizar é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da Provisão para Sorteio a Realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre a(s) arrecadação(s), conforme estabelecido(s) no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para Sorteio a Pagar (PSP)

A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A Provisão Complementar de Sorteio deve ser constituída mensalmente para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. De forma geral, será necessária apenas nos casos de sorteios referentes à Premiação Instantânea e Contemplação Obrigatória. A reversão ou sua baixa se dá na efetiva contemplação do sorteio, ou ainda, a partir do momento em que o saldo da Provisão de Sorteios a Realizar da modalidade de sorteio com Contemplação Obrigatória for superior ao seu respectivo valor esperado.

3.9.6. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) deve ser constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a Distribuição de Bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em Nota Técnica Atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) abrange os valores relativos à concessão de bônus por fidelização, de bônus em Renda Variável ou de bônus em Renda Fixa.

A Provisão para Distribuição de Bônus por fidelização tem como objetivo garantir a concessão de bônus aos clientes que permanecerem ativos e adimplentes até o fim da vigência dos Títulos de Capitalização que em Nota Técnica Atuarial possuem esta previsão. A metodologia de cálculo desta provisão consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% da atualização monetária da Provisão Matemática para Capitalização.

A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Variável representa uma parte do resgate do Título de Capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de Renda Variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(ais) sobre a(s) arrecadação(s), conforme cotizações estabelecidas nos planos de capitalização, que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

A Provisão para Distribuição de Bônus em Renda Fixa representa um acréscimo sobre o valor da tabela de resgate de um percentual fixo, para o título que tiver todos seus pagamentos quitados. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste na incidência mensal de percentual fixo definido no plano sobre o saldo da Provisão Matemática para Capitalização, sem atualização monetária, que para efeito de representação é calculada pela aplicação de um percentual definido no plano sobre o custo de capitalização e seu montante capitalizado mensalmente pelos juros do plano.

3.9.7. Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A Provisão para Despesas Administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de run-off, sendo estimada com base no valor presente esperado dos fluxos de entrada e saída, sendo representada pela diferença positiva entre a projeção do valor presente esperado das parcelas de carregamento a receber relativas aos títulos já comercializados.

3.9.8. Prescrição de Títulos de Capitalização

A Companhia movimenta, nas Provisões para Resgates de Títulos Vencidos, Antecipados e de Sorteio a Pagar, a baixa dos valores prescritos, atendendo às disposições previstas no Código Civil quanto ao instituto da prescrição. O prazo de prescrição aplicável à capitalização é de 5 (cinco) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgate, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

3.10. Provisões, Ativos e Passivos contingentes

3.10.1. Provisões para Ações Judiciais

As provisões para as Ações Judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico Interno e dos Consultores Legais Independentes sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Fiscais", no Passivo Não Circulante, independentemente da probabilidade de perda, por se tratar de obrigações legais. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo Não Circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As Ações Judiciais de natureza Cível e Trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente de acordo com a avaliação do Departamento Jurídico Interno e Consultores Legais Independentes e atualizadas mensalmente pelo índice de correção do FGTS no caso das ações trabalhistas. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado.

Os Depósitos Judiciais Trabalhistas são contas consideradas à disposição do Juízo e são corrigidos pelo índice da poupança, conforme art. 899 § 4º da Lei 13.467/2017.

3.10.2. Provisões

Em atendimento ao CPC 25, a Companhia provisiona suas obrigações prováveis e apenas divulga em notas explicativas as consideradas possíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

3.11. Apuração do Resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão do título quando se trata de produto de Pagamento Único (PU) ou do vencimento da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e a partir do conhecimento dos recebimentos dos Títulos de Capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de Provisão Matemática para Resgates, Provisão para Sorteio e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. As Receitas e Despesas Financeiras são reconhecidas nas respectivas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de Estudo Técnico comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de Pagamento Único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.12. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

- Normas e interpretações novas ou revisadas já emitidas, mas ainda não foram referendadas em 31 de dezembro de 2019 e não serão adotadas de forma antecipada pela Companhia.
- IFRS 9 - (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou esta norma em vigor em 01 de janeiro de 2019, mas ela ainda não foi referendada pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o IFRS 17 - Contratos de seguros a partir de 01 de janeiro de 2021.
 - IFRS 16 - Leasing (CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil) - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas ainda não foi referendada pela SUSEP.
 - IFRIC 23 - (ICPC 22) Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas ainda não foi referendada pela SUSEP.

4. Gerenciamento de Riscos

4.1. Governança dos Riscos

A estrutura de governança de riscos da Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal e Operacional.

Por princípio e observância das boas práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de gestão e governança contemplam os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas;
- Política de Gestão de Riscos;
- Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos;
- Normas de Gestão de Riscos;
- Norma de apuração da Solvência e Liquidez com base no CMR;
- Norma de validação de metodologias, processos e sistemas; e
- Referência às boas práticas de gestão.

A estrutura atual de Gestão de Riscos é constituída pelas Gerências de Riscos Corporativos e de Controles Internos e Compliance, subordinada diretamente ao Gerente Executivo de Riscos, Controles Internos e Compliance, o qual exerce a função de Gestor de Riscos previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta Gerência Executiva está vinculada à Presidência da Companhia.

Além da Diretoria da Companhia, a Governança dos Riscos é realizada através da estrutura de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, que conta com Comitê de Riscos - CORIS e Comitê de Auditoria - COAUD. O Gestor de Riscos é membro do Comitê de Riscos, o qual relata os principais aspectos da Gestão de Riscos e possui acesso direto e independente ao Conselho de Administração, conforme definido na Política de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna, órgão permanente da Companhia, é responsável por avaliar e emitir opiniões periódicas sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores são registrados como recomendações de auditoria e geram ações administrativas e gerenciais de melhoria, para tratamento das causas e efeitos de cada fragilidade observada.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Política de Riscos de Mercado

A Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, contempla todos os Ativos Financeiros e a utilização de instrumentos Derivativos.

A Gerência de Riscos é responsável pelo acompanhamento e verificação do enquadramento da carteira às normas internas e regulamentares e aos limites de exposição aos riscos aprovados pela Companhia. As informações sobre exposição para acompanhamento dos riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados ao Gerente de Finanças, ao Superintendente Executivo de Controladoria, Finanças e Contabilidade, ao Presidente da Companhia, ao Gestor de Riscos e aos Órgãos de Governança, conforme suas alçadas. As informações sobre a Gestão de Riscos de Mercado são apresentadas nas reuniões do Comitê de Riscos e do Comitê Financeiro.

4.2.2. Exposição ao Risco de Mercado

A demonstração da exposição ao Risco de Mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2019		31/12/2018	
Taxa de Juros Prefixada	7.313.717	84,24%	8.095.157	87,17%
Derivativos p/Hedge (Ajustes)	-	-	(14)	-
Taxa de Juros Pós-Fixada	701.997	8,09%	425.281	4,58%
Cupom de IPCA	666.052	7,67%	766.156	8,25%
Ações Companhia Aberta	-	-	370	-
Caixa/Compromissadas 1 dia	40	-	295	-
Total	8.681.806	100,00%	9.287.245	100,00%

4.2.3. Análise de Sensibilidade

Para elaboração da Análise de Sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam aumento ou redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual). Esta metodologia não faz juízo de qual choque poderia ocorrer sobre os fatores de riscos, atribuindo variação unitária a esses fatores e considerando que variações de outra grandeza teriam impactos proporcionais sobre os montantes da carteira de investimentos. Os resultados dos testes nos últimos períodos são mostrados na tabela a seguir:

Efeito em Milhares de Reais	31/12/2019		31/12/2018	
	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR
Elevação da Taxa em 1 ponto percentual				
Taxa de Juros Prefixada	(86.627)	(157.503)	(67.131)	(122.057)
Taxa de Juros Pós-Fixada	535	973	(7)	(13)
Cupom de IPCA	(4.729)	(8.597)	(7.799)	(14.180)
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	55.767	101.394	54.407	98.921
Total	(35.054)	(63.733)	(20.530)	(37.329)
Redução da Taxa em 1 ponto percentual				
Taxa de Juros Prefixada	91.136	165.703	69.193	125.806
Taxa de Juros Pós-Fixada	(543)	(987)	7	13
Cupom de IPCA	4.839	8.798	8.045	14.628
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	(57.532)	(104.603)	(55.971)	(101.766)
Total	37.900	68.911	21.274	38.681

O quadro abaixo mostra a composição de Ativos e Passivos da Companhia:

31/12/2019		31/12/2018			
Ativo Total	10.051.037	100,00%	Ativo Total	10.586.912	100,00%
Aplicações Financeiras	8.681.806	86,38%	Aplicações Financeiras	9.287.245	87,72%
Fundo de Renda Variável	-	-	Fundo de Renda Variável	-	-
+ BB 400mil (1)	58.758	0,58%	+ BB 400mil (1)	52.479	0,50%
Depósitos Judiciais (2)	1.136.042	11,30%	Depósitos Judiciais (2)	1.056.835	9,98%
Demais Ativos (4)	174.431	1,74%	Demais Ativos (4)	190.353	1,80%
Passivo Total	10.051.037	100,00%	Passivo Total	10.586.912	100,00%
Provisões Técnicas	8.342.007	83,00%	Provisões Técnicas	9.043.319	85,42%
Provisões Judiciais (3)	1.143.308	11,38%	Provisões Judiciais (3)	1.081.149	10,21%
Demais Passivos (5)	83.998	0,83%	Demais Passivos (5)	81.323	0,77%
Patrimônio Líquido	481.824	4,79%	Patrimônio Líquido	381.121	3,60%

As oscilações dos Fundos de Renda Variável (1) não afetam os resultados da Companhia uma vez que lastreiam a Provisão para Distribuição de Bônus em igual valor. Os resultados destas oscilações são totalmente creditados ou debitados aos titulares dos produtos Ourocap Flex.

Os valores registrados no Ativo como Depósitos Judiciais (2) e, no Passivo, como Provisões Judiciais (3) são contas de mesma natureza, cuja diferença representa 0,07 % em 31 de dezembro de 2019 e 0,23 % em 31 de dezembro de 2018 em relação aos passivos totais. Uma vez efetuado o depósito judicial, qualquer alteração na sua remuneração afetará tanto a obrigação quanto o ativo representado pelo depósito, com efeito mínimo sobre o balanço da Companhia. Essas características e o fato desses ativos e passivos não poderem ser negociados justificam sua exclusão para fins do Teste de Análise de Sensibilidade.

A Companhia avaliou a exposição aos riscos dos Demais Ativos (4) e Demais Passivos (5) e concluiu não haver necessidade de se efetuar Testes de Análise de Sensibilidade, em face da pequena representatividade tanto na estrutura patrimonial como nas operações da Companhia e por se tratar de contas que, devido às suas naturezas, não estão sujeitas aos efeitos dos fatores de Risco de Mercado.

4.3. Risco de Liquidez

4.3.1. Gestão do Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez utiliza a análise de ALM (*Asset Liability Management*) como instrumento para avaliar o nível de descasamento de prazos e de exposição entre ativos e passivos, por meio do qual a Companhia avalia continuamente sua capacidade financeira para manter em carteira títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

As tabelas abaixo mostram os fluxos de caixa dos ativos em seus respectivos vencimentos e o fluxo de caixa das saídas das Provisões Técnicas, considerando seus prazos contratuais.

Aplicações Financeiras	31/12/2019				31/12/2018			
	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.735.805	3.923.707	1.824.209	8.483.721	2.373.666	4.930.608	1.761.633	9.065.907
Títulos de Renda Fixa - Privados	85.240	112.845	-	198.085	14.259	176.652	30.057	220.968
Títulos de Renda Variável - Ações	-	-	-	-	370	-	-	370
Fundo de Renda Variável	44.360	-	-	44.360	52.073	-	-	52.073
Fundo Não Exclusivo	14.398	-	-	14.398	406	-	-	406
Total	2.879.803	4.036.552	1.824.209	8.740.564	2.440.774	5.107.260	1.791.690	9.339.724

Provisões Técnicas	31/12/2019				31/12/2018			
	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Provisão Matemática para Capitalização	3.504.944	4.103.506	59.523	7.667.973	4.346.476	3.830.483	220.918	8.397.877
Provisão para Resgates	520.650	-	-	520.650	458.220	-	-	458.220
Provisão para Sorteios a Realizar	21.620	66.257	1.957	89.834	36.899	68.315	8.472	113.686
Provisão para Sorteios a Pagar	9.701	-	-	9.701	13.321	-	-	13.321
Provisão Complementar de Sorteios	13	-	-	13	10	-	-	10
Provisão para Distribuição de Bônus	14.857	35.232	3.747	53.836	14.857	28.634	16.714	60.205
Total	4.071.785	4.204.995	65.227	8.342.007	4.869.783	3.927.432	246.104	9.043.319

A Companhia analisa e reconhece o descasamento de prazos entre ativos e passivos e entende que os Títulos Públicos Federais classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda presentes na carteira de investimentos são ativos líquidos e apresentam volume suficiente para cobertura de eventuais necessidades financeiras que venham a existir.

4.4. Risco de Crédito

4.4.1. Política de Risco de Crédito

Aplicação em títulos que envolvam exposição ao Risco de Crédito na Carteira de Investimentos da Companhia deverá seguir os parâmetros estabelecidos pelo Comitê Financeiro, em conformidade com a legislação vigente e dentro dos limites estabelecidos pela Declaração de Appetite a Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.4.2. Sistemas de Mensuração

A Companhia avalia sua exposição em Títulos Privados baseada nas notas de *rating* das principais agências de mercado, na análise do Gestor da Carteira, utilizando como referência a nomenclatura local de classificação de *rating* e apura o risco conforme modelo padronizado de avaliação de riscos de crédito da SUSEP.

Rating	Exposição	
	31/12/2019	31/12/2018
AAA	113.404	79.511
AA	75.151	109.835
BBB	-	1.566
BB	9.530	29.230
CC	-	1.196
Total	198.085	221.338

A Companhia possui Debêntures de emissão da Oi S.A., cujo valor de R\$21.501 foi integralmente reconhecido como perda no mês de junho de 2016, após a emissora ter entrado com pedido de recuperação judicial. Em janeiro de 2018, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), que previa, dentre os meios de recuperação a reestruturação da dívida. Em julho de 2018, foi realizada a troca das debêntures em recuperação, pelas reestruturadas. Diante do avanço na execução do PRJ, as agências de classificação de risco Fitch e S&P melhoraram o *rating* da Oi S.A. Com base nos fatos ocorridos e na avaliação da BB DTVM, na qualidade de Administradora da Carteira de Investimentos da Brasilcap, o valor recuperável foi ajustado no montante de, aproximadamente, 40% do PU em setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, este valor é de R\$9.530. Este ativo foi reconhecido por meio do Valor Justo conforme estabelece o CPC 46.

4.4.3. Concentração

Além das exposições aos Títulos Privados demonstrada na tabela inserida na nota explicativa 4.4.2, a Companhia possui aplicações em Títulos Públicos, Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos e Renda Variável, conforme demonstrado na nota explicativa 5 - Aplicações.

4.5. Risco Operacional

4.5.1. Fases do Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A área de Risco é responsável pelo apoio às demais áreas da Companhia, para execução do processo de identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos Riscos Operacionais.

A Companhia implantou, em 2017, o sistema de registro de perdas operacionais, conforme a Circular SUSEP nº 521/2015, cujo produto principal é o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), de responsabilidade da Gerência de Riscos.

A Companhia adota medidas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, obedecendo aos parâmetros estipulados pela Circular SUSEP nº 445/2012, publica em sua intranet a Norma de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e disponibiliza Canal de Ética para registro de denúncias.

5. Aplicações

5.1. Classificação da Carteira

Conforme Circular SUSEP nº 517/2015, Capítulo II, Seção I, Subseção VI, Art. 134, § 3º os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante. A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos 31/12/2019							
Debêntures	32.588	15.632	27.845	112.845	188.910	188.910	2,16
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	9.175	-	-	9.175	9.175	0,10
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Composição							
Operação Compromissada (*)	569.741	-	-	-	569.741	569.741	6,52
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	186.184	186.184	186.184	2,13
Saldo de Caixa	50	-	-	-	50	50	-
Outros Valores e Bens	1	-	-	-	1	1	-
Valores a Pagar	(12)	-	-	-	(12)	(12)	-
Fundo Exclusivo de Renda Variável Composição							
Operação Compromissada (*)	1.975	-	-	-	1.975	1.975	0,02
Ajuste de DI FUTURO	-	(13)	-	-	(13)	(13)	-
Saldo de Caixa	193	-	-	-	193	193	-
Valores a Receber	255	-	-	-	255	255	-
Valores a Pagar	(149)	-	-	-	(149)	(149)	-
Ações Companhia Abertas	42.099	-	-	-	42.099	42.099	0,48
Fundo Não Exclusivo	14.398	-	-	-	14.398	14.398	0,16
Total de Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado	661.139	24.794	27.845	299.029	1.012.807	1.012.807	11,57
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.059.642	588.154	518.229	2.242.368	4.408.393	4.612.427	50,45
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	600.221	600.221	643.361	6,87
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	701.379	701.379	757.172	8,02
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	1.059.642	588.154	518.229	3.543.968	5.709.993	6.012.960	65,34
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	2.017.764	2.017.764	2.017.764	23,09
Total de Títulos Disponível para Venda	-	-	-	2.017.764	2.017.764	2.017.764	23,09
Circulante	1.720.781	612.948	546.074	2.316.793	5.196.596	5.215.245	59,45
Não Circulante	-	-	-	3.543.968	3.543.968	3.828.286	40,55
Total da Carteira	1.720.781	612.948	546.074	5.860.761	8.740.564	9.043.531	100,00

(*) As Operações Compromissadas são lastreadas por Títulos Públicos

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos 31/12/2018							
Debêntures	-	1.566	12.693	198.072	212.331	212.331	2,27
Ações Companhia Abertas	370	-	-	-	370	370	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	8.637	8.637	8.637	0,09
Fundo Exclusivo de Renda Fixa Composição							
Operação Compromissada (*)	339.033	-	-	-	339.033	3	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

5.3. Avaliação do valor justo

Valor Justo dos Ativos Financeiros é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Valor Justo das aplicações dos Fundos de Investimentos foi obtido a partir dos valores divulgados pelas Instituições Financeiras administradoras dos fundos. Os títulos de Renda Fixa Públicos e Privados tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência e cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB DTVM).

Para a determinação do valor justo das Debêntures são utilizadas cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para os ativos foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos Fundos de Investimentos administrados pela BB DTVM, leilões e/ou consultas na BM&FBOVESPA. Os critérios de precificações dos Instrumentos Financeiros Derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBOVESPA para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA). Os investimentos mantidos até o vencimento estão registrados e divulgados pelo valor de custo, sendo o Valor Justo apresentado apenas para fins de divulgação (nota explicativa 5.1).

5.3.1. Hierarquia do Valor Justo

Os diferentes níveis são definidos conforme segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia não possui Instrumentos Financeiros classificados no Nível 3.

Títulos	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado						
Debêntures.....	-	188.910	188.910	-	212.331	212.331
Ações Companhias Abertas.....	-	-	-	370	-	370
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).....	-	9.175	9.175	-	8.637	8.637
Total	-	198.085	198.085	370	220.968	221.338
Renda Fixa						
Quotas de Fundo Exclusivos de Renda Fixa.....	-	755.964	755.964	-	2.780.863	2.780.863
Quotas de Fundo Não Exclusivos.....	-	14.398	14.398	-	406	406
Renda Variável						
Quotas de Fundo Exclusivo de Renda Variável.....	-	44.360	44.360	-	52.073	52.073
Títulos Disponível para Venda						
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F).....	2.017.764	-	2.017.764	-	-	-
Títulos Mantidos até o Vencimento						
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	4.612.427	-	4.612.427	5.696.256	-	5.696.256
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B).....	643.361	-	643.361	665.959	665.959	665.959
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F).....	757.172	-	757.172	104.854	104.854	104.854
Total	6.012.960	-	6.012.960	770.813	6.467.069	6.467.069
Total Geral	8.030.724	1.012.807	9.043.531	5.696.626	3.825.123	9.521.749

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia adota Instrumentos Financeiros Derivativos em contratos futuros de DI, nos Fundos de Investimentos Exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros. Em virtude da composição da carteira, não houve necessidade de exposição aos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2019.

6. Instrumentos Financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados a Valor Justo				
Caixa e Bancos.....	14	14	55	55
Aplicações Financeiras (nota explicativa 5.1).....	1.012.807	1.012.807	3.054.680	3.054.680
Ativos Mantidos até o Vencimento				
Aplicações Financeiras (nota explicativa 5.1).....	5.709.993	6.012.960	6.285.044	6.467.069
Ativos Disponíveis para Venda				
Aplicações Financeiras (nota explicativa 5.1).....	2.017.764	2.017.764	-	-
Empréstimos e Recebíveis (*)	32.445	32.445	9.728	9.728
Total dos Ativos	8.773.023	9.075.990	9.349.507	9.531.532
Passivos Financeiros não derivativos				
Obrigações a Pagar (nota explicativa 13).....	59.501	59.501	47.230	47.230
Débitos de Operações com Capitalização (nota explicativa 12).....	10.523	10.523	4.342	4.342
Total dos Passivos	70.024	70.024	51.572	51.572

(*) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as vendas de Títulos de Capitalização não recebidas até a data do Balanço.

7. Garantia das Provisões Técnicas

Para Garantia das Provisões Técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Garantidores		
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	198.085	221.338
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	8.030.724	6.467.069
Quotas de Fundo de Investimentos.....	800.324	2.832.936
Valor Justo	9.029.133	9.521.343
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	198.085	221.338
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	7.727.757	6.285.044
Quotas de Fundo de Investimentos.....	800.324	2.832.936
Valor Contábil	8.726.166	9.339.318
Provisão Técnica	8.342.007	9.043.319
Ativos Livres a Valor Justo (nota explicativa 2.6).....	687.126	478.024
Ativos Livres a Valor Contábil.....	384.159	295.999

8. Créditos das Operações com Capitalização

Os Créditos de Títulos de Capitalização referem-se, basicamente, as operações com os parceiros comerciais Banco do Brasil e Administradora de Cartão de Crédito, que possuem um "float financeiro" de 1 e 3 dias, respectivamente, para recebimento dos títulos comercializados.

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes de Títulos de Capitalização a receber totalizaram R\$32.445 e R\$9.728, em 2018. O aumento destes créditos comparados ao exercício anterior deve-se ao volume de vendas superior no último dia do mês de dezembro de 2019 comparado ao mês de dezembro de 2018.

9. Títulos e Créditos a Receber

Os Títulos e Créditos a Receber estão classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, sendo compostos da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Créditos a Receber		
Créditos Tributários e Previdenciários (nota explicativa 10).....	2.127	36
Outros Créditos a Receber.....	-	17
Adiantamentos a Funcionários.....	2.969	3.117
Adiantamentos Administrativos.....	15	23
Ativo Circulante	5.111	3.193
Créditos Tributários e Previdenciários (nota explicativa 10).....	129.813	168.095
Depósitos Judiciais e Fiscais (nota explicativa 11 a.).....	1.136.042	1.056.835
Ativo Não Circulante	1.265.855	1.224.930

10. Créditos Tributários e Previdenciários

Os Créditos Tributários Diferidos registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de ajustes temporais, decorrentes principalmente de despesas com Ações Judiciais e Ajuste a Valor de Mercado das Aplicações Financeiras classificadas nas categorias Valor Justo por Meio do Resultado e Disponíveis para Venda.

No caso das Ações Judiciais, por estarem em trâmite nos tribunais superiores e por não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos. Com relação aos valores decorrentes de Ajuste a Valor de Mercado, serão realizados à medida que ocorrerem os vencimentos das aplicações.

Com base no histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, somado às projeções de resultados é entendimento da Administração que a Companhia tem capacidade suficiente para absorver os montantes de Créditos Tributários Diferidos.

Os Créditos Tributários Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram calculados pelas alíquotas vigentes, considerando para o IRPJ 25% e para a CSLL 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, e 20% até 31 de dezembro de 2018.

Existem valores de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$25.925, em 31 de dezembro de 2019 e R\$26.125, em 2018, (Finor, Incentivos Cinematográficos e outras provisões) controlados na Parte B dos Livros de Apurações de IR e CSLL que não possuem Créditos Tributários Diferidos, uma vez que a Companhia julga serem de difícil realização fiscal (dedutibilidade).

Abaixo consta demonstrativo com a composição dos Créditos Tributários:

	31/12/2019		31/12/2018			
IRPJ a Compensar.....	1.246	6				
CSLL a Compensar.....	851	-				
ISS a Compensar.....	30	30				
Total Ativo Circulante (nota explicativa 9).....	2.127	36				
b.						
	31/12/2018		Variação		31/12/2019	
Adições Temporárias	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesas Tributárias.....	94.643	54.425	4.508	2.705	99.151	57.130
Despesas Financeiras.....	10.531	6.321	(28.296)	(16.980)	(17.765)	(10.659)
Despesas Administrativas.....	377	1.798	163	(382)	540	1.416
Total Ativo Não Circulante (nota explicativa 9).....	105.551	62.544	(23.625)	(14.657)	81.926	47.887
	31/12/2017		Variação		31/12/2018	
Adições Temporárias	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesas Tributárias.....	88.279	50.606	6.364	3.819	94.643	54.425
Despesas Financeiras.....	12.121	8.476	(1.590)	(2.155)	10.531	6.321
Despesas Comerciais.....	2.784	2.228	(2.784)	(2.228)	-	-
Despesas Administrativas.....	357	1.799	20	(1)	377	1.798
Total Ativo Não Circulante (nota explicativa 9).....	103.541	63.109	2.010	(565)	105.551	62.544

b.1. Imposto de Renda Diferido

	31/12/2019	31/12/2018
Montante das Adições Temporárias	327.703	422.204
Contingências Tributárias.....	396.603	378.574
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	(71.058)	42.124
Despesas Trabalhistas.....	770	42
Despesas Cíveis.....	1.148	1.244
Despesas Administrativas.....	240	220
Alíquota (%).....	25%	25%
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante	81.926	105.551

b.2. Contribuição Social Diferida

	31/12/2019	31/12/2018
Montante das Adições Temporárias	319.251	413.951
Contingências Tributárias.....	380.866	362.837
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	(71.058)	42.124
Despesas Trabalhistas.....	770	42
Despesas Cíveis.....	1.148	1.244
Despesas Administrativas.....	1.012	1.191
Provisão para desvalorização de Incentivos Fiscais.....	6.513	6.513
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante 15%	47.887	60.737
Créditos Tributários constituídos - Não Circulante 20%	-	1.807

c. Resultado do Exercício

	31/12/2019	31/12/2018
Corrente.....	(37.342)	(45.217)
Diferido.....	(1.981)	2.010
Ajuste de Exercício Anteriores.....	924	-
Imposto de Renda	(38.399)	(43.207)
Corrente.....	(23.793)	(38.333)
Diferido.....	(1.670)	(564)
Ajuste de Exercício Anteriores.....	631	-
Contribuição Social	(24.832)	(38.897)

Apresentamos a seguir a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos exercícios findos mencionados acima:

c.1. Imposto de Renda

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a Participação dos Empregados	164.138	180.718
Resultado antes dos Tributos.....	169.479	186.350
Participações dos Administradores e Empregados.....	(5.341)	(5.632)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	3.621	4.173
Despesas/Reversões não dedutíveis.....	2.850	3.202
Outras Adições/Exclusões.....	771	971
Adições/(Exclusões) Temporárias:	(7.924)	8.041
Ajustes a valor justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	(26.605)	(6.358)
Provisões para demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	18.661	14.462
Outras Adições/Exclusões.....	20	(63)
Base de Cálculo dos Encargos Incidentes	159.835	192.932
Imposto de Renda	37.342	45.217
Alíquota de 15%.....	23.975	28.940
Adicional de 10%.....	15.960	19.269
Incentivos Fiscais.....	(2.593)	(2.992)
Alíquota Efetiva	22,75%	25,02%

c.2. Contribuição Social

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a Participação dos Empregados	164.138	180.718
Resultado antes dos Tributos.....	169.479	186.350
Participações dos Administradores e Empregados.....	(5.341)	(5.632)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	2.606	2.904
Despesas/Reversões não dedutíveis.....	2.606	2.989
Outras Adições/Exclusões.....	-	(85)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	(8.123)	8.041
Ajustes a Valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários.....	(26.605)	(6.358)
Provisões para demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	18.661	14.462
Outras Adições/Exclusões.....	(179)	(63)
Base de cálculo CSLL	158.621	191.633
Contribuição Social	23.793	38.333
Alíquota de 20%.....	-	38.333
Alíquota de 15%.....	23.793	-
Alíquota Efetiva	14,50%	21,21%

11. Depósitos Judiciais e Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

A premissa para classificação dos depósitos e das Provisões Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis entre Passivo Circulante e Não Circulante leva em consideração a expectativa da Administração em relação aos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

a. Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

	31/12/2018	Adições	Atualização Monetária	(Pagamentos)/(Baixas)	31/12/2019
CSLL.....	459.677	17.153	18.291	(1.814)	493.307
COFINS.....	512.531	24.758	17.119	(1.695)	552.713
PIS.....	74.796	4.023	2.637	(261)	81.195
INSS.....	7.738	274	284	(2)	8.294
Ativos Fiscais	1.054.742	46.208	38.331	(3.772)	1.135.509
Trabalhistas.....	504	156	18	(145)	533
Outras Provisões.....	1.589	-	36	(1.625)	-
Demais Ativos	2.093	156	54	(1.770)	533
Total	1.056.835	46.364	38.385	(5.542)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações ajuizadas pela Companhia é realizada exclusivamente pelos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

11.1. Obrigações Legais - Fiscais com Natureza de Risco de Perda Provável

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda. Em 31 de dezembro de 2019, as principais causas provisionadas são:

(a) **Judicial - CSLL** - Mandado de segurança impetrado com finalidade de assegurar o direito líquido e certo de calcular e recolher a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19 da Lei nº 9.249/1995, e no artigo 2º da Lei nº 9.316/1996 deixando de atender ao disposto na EC nº 10/1996 às demais disposições legais que visam impor alíquotas superiores aplicadas às pessoas jurídicas em geral, no valor de R\$45.714, em 31 de dezembro de 2019 e R\$44.952, em 2018. Interposto RE em que foi reconhecida a anterioridade nonagesimal e declarada repercussão geral ao mérito remanescente. Aguarda julgamento do paradigma RE 578846/SP;

(b) **Judicial - CSLL** - Mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de recolher a contribuição à alíquota de 9%, no valor de R\$192.369, em 31 de dezembro de 2019, e R\$216.943, em 2018. Acórdão reformou a sentença para julgar improcedentes todos os pedidos. Recurso Extraordinário teve provimento negado. Trânsito em julgado certificado. Aguardamos conversão do depósito em renda; e

(c) **Judicial - PIS** - Contribuição ao PIS Lei nº 9.718/1998, considerando das receitas de Capitalização na base de cálculo do PIS e o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS promovido pela Lei nº 9.718/1998, no valor de R\$73.865, em 31 de dezembro de 2019, e R\$67.297 em 2018. Proferida sentença negando provimento ao pedido. Negado provimento à apelação e ao agravo regimental. Autos remetidos ao STF para julgamento do Rext interposto pela Cia. Declarada Repercussão Geral no RE, que aguarda julgamento do paradigma RE 609096.

11.2. Obrigações Legais - Fiscais com a Natureza de Risco de Perda Possível

A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como Perda Possível que são consideradas como obrigações legais. Em 31 de dezembro de 2019, as principais questões discutidas em Processos Judiciais e Administrativos Tributários são:

(a) **Judicial - PIS** - Mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de garantir inaplicabilidade da EC nº 17/1997, no que refere ao PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, considerando o disposto no art. 195, § 6º, da CF, no valor de R\$ 7.749, em 31 de dezembro de 2019, e R\$7.599, em 2018. Em 05 de dezembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado, onde Recurso Extraordinário e reconheceu somente anterioridade nonagesimal. Negado provimento ao Recurso Extraordinário da Brasilcap, sendo mantida a decisão que declarou o recolhimento do PIS na forma da LC nº 7/70 apenas para o período de julho de 1997 a fevereiro de 1998. Em fase de execução do julgado.

(b) **Judicial - INSS** - Ação declaratória ajuizada, a fim de obter o reconhecimento do seu direito a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), ante a sua inconstitucionalidade e ilegalidade, bem como o reconhecimento do grau de risco inerente a sua atividade como mínimo, correspondente à alíquota de 1% para fins de recolhimento da contribuição ao SAT/RAT, no valor de R\$ 8.182, em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 7.671 em 2018. Provimento em primeiro grau (1%), que foi reformado em 2ª instância. Recursos Extraordinário e Especial foram inadmitidos. Interpusemos Agravos em Recurso Extraordinário e Especial. AgResp 1.430.258 recebido no STJ em 16/01/2019; e

(c) **Judicial - CSLL** - Mandado de segurança, questionando a majoração da alíquota de 15% para 20%, no valor de R\$258.089, em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 219.210, em 2018. Reconhecida somente a anterioridade nonagesimal. Interposição de Apelação. Declaração de Repercussão Geral. Aguarda julgamento do paradigma RE 578846; e

(d) **Administrativo - PIS** - Auto de infração lavrado para exigir diferença de PIS apurada no período de janeiro a março de 1999, acrescida de multa de ofício de 75% e juros de mora, no valor de R\$ 1.911, em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 1.520, em 2018. Cancelada a multa de janeiro e parte do período restante. Recurso Administrativo aguarda julgamento.

14. Provisões Técnicas**Composição e Movimentação das Provisões Técnicas**

	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgates (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Provisão Complementar de Sorteios (PCS)	Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)	Total
31/12/2017	9.251.636	443.987	166.039	15.431	3	75.104	9.952.200
Constituições	4.031.660	-	108.651	123.989	106	12.096	4.276.502
Reversões	-	-	(167.310)	-	(99)	(2.752)	(170.161)
Cancelamentos	(11.908)	-	(219)	-	-	-	(12.127)
Transferências	(5.392.567)	5.426.060	-	-	-	(33.493)	-
Pagamentos	-	(5.406.128)	-	(126.091)	-	-	(5.532.219)
Atualização monetária	519.056	69	6.525	11	-	361	526.022
Atualização monetária Renda Variável	-	-	-	-	-	8.889	8.889
Penalidade/Prescrição de Títulos de Capitalização	-	(5.768)	-	(19)	-	-	(5.787)
31/12/2018	8.397.877	458.220	113.686	13.321	10	60.205	9.043.319
Constituições	4.710.256	-	90.354	101.867	78	11.433	4.913.988
Reversões	-	-	(117.149)	-	(75)	(3.300)	(120.524)
Cancelamentos	(16.812)	-	(237)	-	-	-	(17.049)
Transferências	(5.890.149)	5.917.984	-	-	-	(27.835)	-
Pagamentos	-	(5.848.087)	-	(104.897)	-	-	(5.952.984)
Atualização monetária	470.607	201	3.180	18	-	390	474.396
Atualização monetária Renda Variável	-	-	-	-	-	12.943	12.943
Penalidade/Prescrição de Títulos de Capitalização	(3.806)	(7.668)	-	(608)	-	-	(12.082)
31/12/2019	7.667.973	520.650	89.834	9.701	13	53.836	8.342.007

15. Patrimônio Líquido**15.1. Capital Social**

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$231.264 e está representado por 324.000.000 de ações, sendo 216.010.804 ordinárias nominativas (ON) e 107.989.196 preferenciais nominativas (PN), sem valor nominal.

	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	% Capital
Acionistas						
BB Seguros Participações S.A.	107.989.204	49,99	107.989.196	100,00	215.978.400	66,66
Icatu Seguros S.A.	54.010.799	25,00	-	-	54.010.799	16,67
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	51.292.002	23,75	-	-	51.292.002	15,83
Acionistas Minoritários	2.718.799	1,26	-	-	2.718.799	0,84
Total	216.010.804	100,00	107.989.196	100,00	324.000.000	100,00

15.2. Reservas de Lucros**15.2.1. Reserva Legal**

É constituída ao final do exercício social, à razão de 5% sobre o Lucro Líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social. No exercício social de 2016 a Companhia atingiu o limite máximo de constituição da Reserva Legal.

15.2.2. Outras Reservas de Lucros

São compostas por Reservas Suplementares para futuro aumento de capital, para compensar despesas de competência de exercícios anteriores, podendo ter outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração. Fica esta reserva limitada ao valor do Capital Social, conforme estabelecido no artigo nº 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

15.3. Dividendos**15.3.1. Dividendos Creditados e Pagos**

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido ajustado do exercício em consonância com a legislação em vigor e Política de Gestão de Capital da Companhia. Abaixo o demonstrativo dos Dividendos Creditados e Pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Dividendos Creditados e Pagos	Exercício	Data de Pagamento	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos Adicionais	2017	16/02/2018	-	45.477
Dividendos Antecipados	2018	06/08/2018	-	27.433
Dividendos Adicionais	2018	15/02/2019	11.404	-
Dividendos Antecipados	2019	06/08/2019	40.747	-
Total			52.151	72.910

15.4. Juros sobre Capital Próprio

A Lei nº 9.249/1995, através do artigo 9º, instituiu como forma de remuneração do capital próprio das Empresas, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Por proposta da Administração foram creditados em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$20.940, tendo sido contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram revertidos do Resultado do Exercício e estão sendo apresentados na conta de Lucros Acumulados. Para o exercício 2019, não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

Em consonância com a distribuição de dividendos, o pagamento de JCP levou em consideração também a Política de Gestão de Capital da Companhia.

15.5. Destinação do Resultado do Exercício

Demonstramos abaixo os cálculos da proposta de destinação do resultado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	100.907	119.554
Proposta de distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	25.227	29.889
Dividendos Antecipados:		
Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2018	-	(27.433)
Dividendos Antecipados referente ao 1º semestre de 2019	(40.747)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	(20.940)
Total	(40.747)	(48.373)
Constituição da Reserva de Lucro	(60.160)	(71.181)
Total	(60.160)	(71.181)
Lucro Líquido destinado	(100.907)	(119.554)

16. Detalhamento das contas da Demonstração de Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas líquidas com Títulos de Capitalização	687.607	590.024
Arrecadação com títulos de capitalização - PU	3.397.243	2.578.190
Arrecadação com títulos de capitalização - PM	1.983.845	2.031.694
Variação da provisão para resgate - PU	(2.930.673)	(2.224.067)
Variação da provisão para resgate - PM	(1.762.808)	(1.795.793)
Variação das Provisões Técnicas	(21.091)	(18.288)
Variação da Provisão Complementar de Sorteios - PU	(3)	(7)
Variação da Provisão para Distribuição de Bônus - PU	(6.181)	(4.351)
Variação da Provisão para Distribuição de Bônus - PM	(14.907)	(13.930)
Resultado com Sorteio	(74.993)	(65.143)
Variação da Provisão para Sorteios - PU	36.314	68.332
Despesas com Títulos Sorteados - PU	(58.838)	(85.901)

12. Débitos de Operações com Capitalização

Débitos de Operações com Capitalização Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Comissões de Corretagem a Pagar	7.392	1.642
Total	7.392	1.642
Cancelamentos de Títulos de Capitalização	1.243	1.265
Outros Débitos Operacionais	1.888	1.435
Total	3.131	2.700
Total	10.523	4.342

13. Contas a pagar

Passivo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações a Pagar (nota explicativa 6)	22.539	12.248
Fornecedores a Pagar	15.203	3.831
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	91	268
Dividendos a Pagar	1.634	2.272
Participações nos Lucros a Pagar	5.355	5.656
Outras Obrigações a Pagar	256	221
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	3.045	2.560
IRRF de Funcionários e Terceiros	1.315	1.027
INSS e FGTS a recolher	936	864
Outros Impostos	794	669
Encargos Trabalhistas	3.650	3.652
Férias	2.721	2.722
Encargos sobre Férias	929	930
Impostos e Contribuições	5.261	22.253
Imposto de Renda	963	13.661
Contribuição Social	4.298	8.592
Outras Contas a Pagar (nota explicativa 6)	36.686	34.714
Taxa de Administração da Carteira	7.011	7.391
Taxa de Performance	29.271	27.237
Outras Contas a Pagar	404	86
Passivo Não Circulante		
Outras Contas a Pagar (nota explicativa 6)	276	268
Obrigações Operacionais	276	268

	31/12/2019	31/12/2018
Variação da Provisão para Sorteios - PM	(9.307)	(9.464)
Despesas com Títulos Sorteados - PM	(43.162)	(38.110)
Custo de Aquisição	(508.006)	(378.906)
Corretagem	(439.894)	(308.079)
Custeamento de Vendas	(68.112)	(70.827)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	9.844	3.317
Confecção e Postagem de Títulos	(1.254)	(1.614)
Receita com Prescrição de Títulos de Capitalização	8.254	5.699
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	3.806	131
Provisões para Ações Judiciais	(952)	(802)
Outras Receitas/Despesas	(10)	(97)
Despesas Administrativas	(85.159)	(80.684)
Pessoal Próprio	(49.512)	(47.546)
Prestadores de Serviços	(21.964)	(18.047)
Localização e Funcionamento	(7.511)	(7.847)
Arrendamento Mercantil	(309)	(926)
Publicidade e Propaganda	(3.421)	(3.688)
Publicações	(306)	(205)
Donativos e Contribuições	(1.661)	(2.155)
Diversas	(475)	(270)
Tributos	(31.525)	(27.268)
PIS	(4.120)	(3.515)
COFINS	(25.355)	(21.633)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(1.882)	(1.882)
Outros	(168)	(238)
Receitas Financeiras	933.149	911.267
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado (nota explicativa 5.2)	269.988	348.294
Títulos de Renda Fixa - Privados	18.607	62.841
Títulos de Renda Variável - Ações	22	14
Quotas de Fundos de Investimento	216.736	266.797
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	31.846	18.396
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Variável - Ações	2.777	246
Títulos Mantidos até o Vencimento (nota explicativa 5.2)	562.843	560.493
Títulos de Renda Fixa - Públicos	562.843	560.493
Títulos Disponíveis para Venda (nota explicativa 5.2)	86.754	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos	86.754	-
Outras Receitas	13.564	2.480
Outras Receitas	13.564	2.480
Despesas Financeiras	(740.362)	(747.881)
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado (nota explicativa 5.2)	(122.389)	(53.362)
Títulos de Renda Variável - Ações	(8.093)	(216)
Títulos de Renda Fixa - Privados	(16.397)	(7.594)
Quotas de Fundos de Investimento	(90.318)	(33.268)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	(4.861)	(11.980)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Variável - Ações	(2.720)	(304)
Outras Despesas	(617.973)	(694.519)
Atualização Monetária e Juros das Provisões Técnicas	(474.322)	(526.773)
Taxa de Administração da Carteira	(88.439)	(96.075)
Taxa de Performance da Carteira	(52.907)	(47.801)
Despesas de Juros sobre Capital Próprio	-	(20.940)
Outras Despesas Financeiras	(2.305)	(2.930)
Resultado Patrimonial	(22)	(22)
Despesas com Imóveis de Renda	(22)	(22)
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	37	(66)
Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente	37	(66)

17. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou como Partes Relacionadas a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, Empresas integrantes do Grupo Banco do Brasil, Brasilprev, BB Mapfre, Icatu Seguros, Outras Empresas e seus Administradores, conforme definições contidas no CPC 05 (R1).

O custo com a remuneração global do Pessoal Chave da Administração está definido no Estatuto Social e os valores são reavaliados e aprovados anualmente pela Assembleia Geral. Para o exercício social de 2019 o valor autorizado é de R\$7.843:

- (a) Diretoria Executiva - Honorários, Gratificações, Participações nos Lucros, Assistência Médica e Outras Despesas; (b) Conselho de Administração: Honorários e Assistência Médica; e (c) Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal: Honorários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

As transações com Partes Relacionadas estão demonstradas nos quadros abaixo apresentando os saldos patrimoniais e o resultado líquido das referidas operações de forma comparativa.

	31/12/2019				31/12/2018			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesas	Ativo	Passivo	Receita	Despesas
Remuneração do Pessoal Chave da Administração								
Pessoal Chave da Administração...	371	772	-	(6.183)	405	971	-	(6.344)
Honorários e Encargos Sociais ..	-	-	-	(5.018)	-	-	-	(4.737)
Diretoria Executiva ..	-	-	-	(2.962)	-	-	-	(2.827)
Comitê de Auditoria ..	-	-	-	(339)	-	-	-	(353)
Conselho de Administração ..	-	-	-	(1.364)	-	-	-	(1.132)
Conselho Fiscal ..	-	-	-	(353)	-	-	-	(425)
Remuneração Variável	371	772	-	(772)	405	971	-	(971)
Assistência Médica	-	-	-	(312)	-	-	-	(516)
Outros	-	-	-	(81)	-	-	-	(120)

	Cate- goria	31/12/2019				31/12/2018			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesas	Ativo	Passivo	Receita	Despesas
a. BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Ligada	-	6.632	-	(378.108)	-	907	-	(252.838)
b. BB Banco de Investimentos S.A.	Ligada	-	36.282	-	(141.346)	-	34.628	-	(143.876)
c. Banco do Brasil S.A.	Ligada	8	3.900	84	(30.436)	1.475	8.319	60.900	(92.024)
d. Votorantim Corretora de Seguros S.A.	Ligada	-	618	-	(55.896)	-	495	-	(49.946)
e. BB TUR Viagens e Turismo Ltda	Ligada	-	-	-	-	-	52	-	(493)
f. Brasilveículos Companhia de Seguros	Ligada	-	-	-	(7)	-	-	-	(12)
g. Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Ligada	-	12	-	(27)	-	-	-	(28)
h. Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Ligada	-	-	1	(418)	17	-	4	(194)
i. Companhia de Seguros Aliança do Brasil	Ligada	4	916	7.350	(5.150)	3	851	7.200	(5.085)
j. Cielo S.A.	Ligada	-	-	-	-	52	-	-	-
k. Lívolo S.A.	Ligada	-	3.464	-	(10.701)	-	-	-	(149)
l. Companhia de Seguros Aliança da Bahia	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	(3.315)
m. Icatu Seguros S.A.	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	(3.491)
n. BB Seguros Participações S.A.	Acionista	-	-	-	-	-	-	-	(13.958)
o. BB Tecnologia e Serviços S.A.	Ligada	358	-	-	(5.559)	-	-	-	(2.605)
p. Fundação Banco do Brasil	Outras	-	-	-	(57)	-	69	-	(91)
q. Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo)	Ligada	-	20	-	(391)	-	-	-	(304)
Total		370	51.844	7.435	(628.096)	1.547	45.321	68.104	(568.409)

DIRETORIA

PRESIDENTE
Antonio Gustavo Matos do Vale

DIRETORES
Marcelo Gonçalves Farinha
Frederico Guilherme Fernandes de Queiroz Filho

CONTADOR
Jairton Cardoso Guimarães
CRC-RJ 077462/O-4

ATUÁRIA
Jacqueline Marques Lana
MIBA 784

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
Giacomo Romeis Hensel Trento

CONSELHEIROS
Albérico Machado Mascarenhas
Márcio Santiago Câmara
Alexandre Ribeiro Barbosa - Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Bernardo de Azevedo Silva Rothe

CONSELHEIROS
Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Mansueto Facundo de Almeida Júnior
Marcelo Pacheco dos Guarany's
Silvano Gianni
Alexandre Petrone Vilardi - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

COORDENADOR DO COMITÊ
Ilenor Elemar Zingler

MEMBROS
José Fiel Faria Loureiro
Nilson Martiniano Moreira

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, declara haver procedido a análise do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2019, das informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., considerando satisfatório o resultado dessa análise. Diante disso, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das correspondentes demonstrações financeiras da Companhia. Manifesta, ainda, seu parecer favorável à proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião nesta data, de se efetuar o pagamento de dividendos complementares aos acionistas da Companhia à conta de reserva de lucros constituída no exercício

findo em 31/12/2019, destinando o montante de R\$ 33.924.186,31 (trinta e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) à razão de R\$ 0,104704279 por ação, a ser pago na forma da Lei, na data de 14 de fevereiro de 2020, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2020

Giacomo Romeis Hensel Trento
Presidente

Albérico Machado Mascarenhas
Conselheiro Titular

Márcio Santiago Câmara
Conselheiro Titular

Alexandre Ribeiro Barbosa
Conselheiro Suplente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A., órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atua de forma independente e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil independente e da auditoria interna.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares aplicáveis.

A auditoria interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação dos controles internos e da governança.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Brasilcap. Avalia, também, a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela Companhia.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisitou documentos e informações, promoveu discussões internas. Reuniu-se com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com representantes da Diretoria Executiva e das áreas Financeira, Controles Internos e Compliance, Riscos Corporativos, Societário, Jurídico, Controladoria, Contabilidade, Escritório de Projetos e Governança de TI, Ouvidoria e Produtos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas e no relatório semestral, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: demonstrações contábeis; controles internos e compliance, provisões técnicas, estratégia corporativa; projetos corporativos; conciliação bancária; ouvidoria; tecnologia e segurança da informação; demandas judiciais; depósitos judiciais; compras e contratações; partes relacionadas; regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental; auditorias contábil independente e interna; acompanhamento das recomendações oriundas de áreas internas e de entidades externas; relacionamento com a SUSEP. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com a auditoria interna e com a auditoria contábil independente, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações.

Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do auditor contábil independente sobre as demonstrações financeiras, com o qual discutiu conclusões e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem merecendo a atenção permanente da Administração;
- a auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência e objetividade. A unidade encontra-se em processo de evolução e consolidação;
- a auditoria contábil independente é efetiva e suas avaliações apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua objetividade e independência;
- as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de fevereiro de 2020

Ilenor Elemar Zingler
Coordenador

José Fiel Faria Loureiro
Membro Titular

Nilson Martiniano Moreira
Membro Titular

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Brasilcap Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Brasilcap Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se

causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilcap Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, acima referidos da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2020

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Brasilcap Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos*Informações financeiras comparativas*

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2020

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5

BALANÇO SOCIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2019 Valor (Mil reais)			2019 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)				687.607		590.024	
Resultado Operacional (RO)				169.442		186.416	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				24.281		24.488	
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		3.484	14,35%	0,51%	3.386	13,83%	0,57%
Encargos Sociais Compulsórios		8.942	36,83%	1,30%	8.782	35,86%	1,49%
Previdência Privada		530	2,18%	0,08%	305	1,25%	0,05%
Saúde		5.251	21,63%	0,76%	5.495	22,44%	0,93%
Segurança e Medicina no Trabalho		27	0,11%	0,00%	25	0,10%	0,00%
Educação		34	0,14%	0,00%	30	0,12%	0,01%
Cultura		1	0,00%	0,00%	4	0,02%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		119	0,49%	0,02%	115	0,47%	0,02%
Creches ou Auxílio-Creche		141	0,58%	0,02%	160	0,65%	0,03%
Participação nos Lucros ou Resultados		5.341	22,00%	0,78%	5.632	23,00%	0,95%
Outros		665	2,74%	0,10%	550	2,25%	0,09%
Total - Indicadores Sociais Internos		24.535	101,04%	3,57%	24.484	99,98%	4,15%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		217	0,13%	0,03%	273	0,15%	0,05%
Cultura		1.040	0,61%	0,15%	1.093	0,59%	0,19%
Saúde e Saneamento		651	0,38%	0,09%	819	0,44%	0,14%
Esporte		217	0,13%	0,03%	273	0,15%	0,05%
Outros		301	0,18%	0,04%	520	0,28%	0,09%
Total das Contribuições para a Sociedade		2.426	1,43%	0,35%	2.978	1,60%	0,50%
Tributos (excluídos Encargos Sociais)		91.105	53,77%	13,25%	110.818	59,45%	18,78%
Total - Indicadores Sociais Externos		91.105	53,77%	13,25%	110.818	59,45%	18,78%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a Produção/Operação da Empresa		11	0,01%	0,00%	19	0,01%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		11	0,01%	0,00%	19	0,01%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (**)		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2019			2018		
Nº de Empregados(as) ao Final do Exercício		220		215			
Nº de Admissões durante o Exercício		29		19			
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)		466		425			
Nº de Estagiários(as)		8		6			
Nº de Empregados(as) acima de 45 anos		80		73			
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa		104		108			
% de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres		41%		47%			
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa		42		47			
% de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as)		12,0%		12,0%			
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais		8		7			
6 - Informações relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		2019			Metas 2020		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa		26,37		26,37			
Número Total de Acidentes de Trabalho		1		0			
Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	
A Previdência Privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na empresa 16.290	no Procon 20	na Justiça 126	na empresa 16.290	no Procon 20	na Justiça 120	
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na empresa 98%	no Procon 100%	na Justiça 30,1%	na empresa (*) 100%	no Procon 92%	na Justiça 3%	
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):		Em 2019:	252.735		Em 2018:	283.959	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			100,00%			100,00%	
Governo			37,50%			38,51%	
Colaboradores			21,70%			18,73%	
Acionistas			16,12%			17,04%	
Terceiros			0,88%			0,65%	
Retido			23,80%			25,07%	

7 - Outras Informações

(*) Considerando melhorias nos processos de atendimento. (**) Para contribuir com as questões ambientais, a Companhia promove por meio do seu Programa de Meio Ambiente várias ações. Em 2019, além do Dia Cap (mutirão de limpeza, conscientização no uso dos recursos materiais), campanha de impressão consciente entre outros, os colaboradores foram motivados a participar do projeto "Rodando com Tampinhas", depositando tampinhas de garrafas pets nos tambores espalhados pela empresa. Foram arrecadados de junho até novembro mais de 100kg de tampinhas que serão reutilizadas na confecção de cadeiras de rodas para pessoas carentes. **1-** Brasilcap Capitalização S/A - CNPJ: 15.138.043/0001-05 - Setor econômico: Seguro, Previdência e Capitalização - Rio de Janeiro - RJ; **2-** Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Denis dos Santos Moraes - Telefone: (21) 3804-2271 - email: rsa@brasilcap.com.br; **3-** Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção; **4-** Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente; **5-** Este balanço social segue o modelo sugerido pelo IBASE; **6-** O relatório Informações de Natureza Social e Ambiental foi objeto de revisão de Auditoria Independente, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - nº 1003/04; **7 -** Contador: Jairton Cardoso Guimarães CRC-RJ 077462/O-4.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O BALANÇO SOCIAL

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Brasilcap Capitalização S.A.

Introdução

Fomos contratados pela Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") para apresentar nosso relatório de asseguuração limitada sobre a compilação das informações contábeis divulgadas no Balanço Social da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidade da Administração da Companhia

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social, que foram elaboradas de acordo com o modelo do iBase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre as informações contábeis constantes do Balanço Social com base no trabalho de asseguuração limitada, conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e elaborado com base na norma brasileira NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores - IFAC, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Balanço Social, tomadas em conjunto, estejam livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguuração limitada, conduzido de acordo com a norma brasileira NBC TO 3000 (ISAE 3000), consiste, principalmente, em indagações à Administração da Companhia e a outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilita concluir na forma de asseguuração limitada sobre essas informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguuração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações constantes do Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e à apresentação das informações constantes do Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas nas quais distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreendem:

(a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas

e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Balanço Social da Companhia.

(b) Confronto dos indicadores de natureza contábil com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis. Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguuração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguuração, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes do Balanço Social.

Conseqüentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguuração, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Adicionalmente, não realizamos nenhum trabalho em dados não contábeis constantes do Balanço Social.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao Balanço Social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram objetos de relatório de asseguuração limitada, emitido por outros auditores independentes, sem ressalvas, datado de 5 de fevereiro de 2019.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, não chegou nada ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações contábeis constantes do Balanço Social da Companhia, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o modelo proposto pelo iBase e com os registros e arquivos que serviram de base para sua preparação.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2020

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5